

Anais da Assembléia

CURITIBA, 14, 17 E 18 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
DAVID FEDERMANN	ARENA
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.^o VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.^o VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.^o SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.^o SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.^o SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.^o SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 181-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e
CONSIDERANDO que em lamentável acidente aviário ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, perdeu a vida, tragicamente, o Brigadeiro do Ar MARIO CALMON EPPINGHAUS;

CONSIDERANDO que o ilustre extinto exercia o Comando da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, nesta Capital, conduzindo-se de forma a honrar e enaltecer o Comando que exercia pelas suas excepcionais qualidades sempre voltado aos interesses maiores da Pátria;
CONSIDERANDO que o exercício daquele comando angariou de todos que o conheciam, admiração e respeito;
CONSIDERANDO, finalmente, a lacuna que a sua irreparável perda produziu;

F E S O L V E :

Art. único — A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná guardara luto oficial de tres dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do ilustre Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, Brigadeiro do Ar. MARIO CALMON EPPINGHAUS. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de abril de 1972

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.^o Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.^o Secretário

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da 11.^a Sessão Ordinária — Realizada em 14 de Abril de 1972 (Sexta-feira)

Presidência do sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. deputados Alvaro Dias e Fabiano Braga Cortes.

Às 10.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo;

Rosário Pitelli; Alvaro Dias; Antonio Belinati, Antonio Maciel, Arizone Araújo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Candido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima; Xenofonte Villanueva (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima; Antonio Lopes Júnior; Fuad Nacli; Igo Lossó; Luiz Roberto Soares; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Ovidio Franzoni e Wilson Brandão (10).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. JOÃO MANSUR. — (Pela ordem) Sr. Presidente, desejo encaminhar a Mesa, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

Requeiro que se inscreva nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus, ocorrido em data de ontem, em lamentável desastre aéreo no Estado da Guanabara.

O Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus era Comandante da nossa Escola de Oficiais e Especialistas e de Infantaria de Guarda — EOIEG — e Presidente da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade — Seção do Paraná.

Em virtude deste trágico acontecimento, requeiro a suspensão dos trabalhos da Sessão de hoje, como homenagem póstuma ao ilustre brasileiro, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná e ao País, dando-se ciência desta decisão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, bem como aos familiares do ilustre extinto.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1972.

(a) — João Mansur".

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento que acaba de ser lido. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — A Mesa associa-se ao requerimento de pesar apresentado pelo nobre Deputado João Mansur, pelo falecimento do Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus, que pouco tempo conviveu entre nós, mas deixou uma lacuna irreparável.

Está suspensa a sessão e convocada uma outra sessão para a próxima segunda-feira, dia 17, à Hora Regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA

designada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da 12.^a Sessão (Extraordinária) — Realizada em 17 de Abril de 1972 (Segunda-feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados: Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Rosário Pitelli; Aguinaldo Pereira Lima; Antonio Belinati; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Candido Martins de Oliveira; David Federmann; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Nivaldo Kruger; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias; Domicio Scaramella; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Emilio Carazzai; Igo Lossó; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 88-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 153-70, de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, cria uma circunscrição de Trânsito em Santo Antonio do Sudoeste, com jurisdição nos Municípios que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, aprovado o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 18, às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 89-71.

Levanta-se a sessão.

**2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 13ª Sessão Ordinária — Realizada em 17
de Abril de 1972. (Segunda-feira)**

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes secretariada pelos srs. Deputados Rosário Pitelli e Quêlse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quêlse Crisóstomo; Rosário Pitelli; Aguiinaldo Pereira Lima; Antonio Belinati; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândo do Martins de Oliveira; David Federmann; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Maurício Fruct; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias; Domicio Scaramella; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Emilio Carazzai; Igo Losso; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja consignado em Ata dos trabalhos, um voto de congratulações, pelo aniversário transcorrido em data de ontem, dia 13 de abril do corrente ano, do progressista município de Palmas, um dos mais tradicionais do Estado do Paraná.

Ao completar 93 anos, após ter sido elevado à categoria de Município, queremos nos parabenizar com o povo ativo e trabalhador que tem contribuído para o crescente progresso de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1972.

(aa) — Domicio Scaramella
Quêlse Crisóstomo

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais ouvido o Plenário, requerem a inserção em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de aplausos e congratulações ao Governador Parigot de Souza, pela autorização, em data de ontem, através a Secretaria de Transportes, a solicitação para execução do Projeto Final de Engenharia da Rodovia PR-1, no trecho compreendido entre Santo Antonio da Platina e Jaguariaiva.

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de representante do Norte Pioneiro nesta Casa de Leis, não podemos deixar de aplaudir a decisão do Governador Parigot de Souza, determinando, por intermédio da Secretaria de Transportes o início da pavimentação da estrada que liga Santo Antonio da Platina a Jaguariaiva.

Aliás, devemos afirmar, nesta oportunidade, que a pavimentação da mencionada estrada tem sido uma das maiores preocupações desde que assumimos o nosso mandato nesta Assembléia Legislativa. E, nessa nossa luta constante e permanente, contamos sempre com o apoio de outros companheiros, notadamente do Senador Accioly Filho. Agora, que sentimos os primeiros resultados da nossa campanha alcançar o tão esperado sucesso, queremos apresentar as nossas mais calorosas congratulações a Sua Excelência o Senhor Governador, formulado, igualmente, votos no sentido de que esta estrada seja pavimentada, em tempo recorde, possibilitando desta forma, o rápido escoamento da produção do Norte Pioneiro, em demanda ao mercado consumidor e para exportação. E, finalmente, a nossa euforia se justifica por ser a primeira estrada pavimentada do tradicional Norte Pioneiro, que vê agora, no Governo Parigot de Souza, a concretização de uma de suas mais acalentadas aspirações.

A decisão desta Augusta Casa, os representantes solicitam seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, aos Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores dos Municípios do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) — Gabriel Manoel e Aguiinaldo Pereira Lima.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, que se apele ao Senhor Jarbas Passarinho, Ministro de Educação e Cultura, e João Havellange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, no sentido de que Suas Excelências aprovem a inclusão de mais um clube do Paraná no Campeonato Nacional de Futebol — a "TAÇA DE PRATA".

Requeiro, também, que as razões aduzidas quando da apresentação deste, da Tribuna, sejam enviadas, ilustrando o apelo às autoridades referidas.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1972.

(a) — Nelson Buffara.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado pedido de informações ao Engenheiro Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, indagando os motivos pelo qual não foi autorizado, até o momento, o transporte de passageiros, através de carros-leitos, entre Francisco Beltrão-Pato Branco e Curitiba.

Esta solicitação prende-se às dificuldades encontradas pelos usuários das três empresas que prestam serviços àquela linha (Expresso Princesa dos

Campos S.A., Empresas Reunidas Ltda. e Expresso Catanni S.A.) para poderem, em percurso superior a 500 (quinhentos) quilômetros, que totaliza aproximadamente 10 (dez) horas de viagem, usufruir um relativo conforto.

Sabe-se que as três empresas acima já requereram ao DER licença para efetuar o transporte de passageiros em carros leito. Contudo, a demora do pronunciamento dessa autarquia está acarretando transtornos às empresas e principalmente aos passageiros, daí a razão do presente pedido de informações.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1972.

(a) — Sebastião Rodrigues.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei n. 26-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Econommiários do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1972.

(a) — Arthur de Souza.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Econommiários do Paraná — AEP, tendo como sede e foro a cidade de Curitiba e jurisdição em todo o Estado do Paraná, foi fundada em 1935 e é uma entidade representativa dos servidores da Caixa Econômica Federal do Paraná, sendo regida, na forma da Lei, por Estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital (1.º Ofício). A referida Associação tem por fim estimular a solidariedade da classe econommiária e o aperfeiçoamento físico e moral dos seus integrantes, bem como prestar-lhes assistência e defender-lhes os legítimos interesses, coletivos ou individuais, de acordo com as possibilidades dos recursos sociais.

Pelos relevantes serviços que presta à classe econommiária, essa entidade já se impõe ao respeito da sociedade e torna-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos, daí o Projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação da Casa.

Projeto de Lei n. 29-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir duas penitenciárias agrícolas no interior do Estado.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária própria, constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1972.

(a) — Maurício Fruct.

JUSTIFICATIVA:

A evolução do direito penitenciário, ocorrido nos tempos modernos, caracteriza-se pelo surgimento de três sistemas básicos que serviram de modelo a todos os países civilizados.

Em 1775, na Pensilvânia, por iniciativa do comerciante Ricardo Winstor, foi introduzido um sistema penitenciário que consistia no isolamento completo do sentenciado durante o dia e a noite. A partir de 1790 as penitenciárias norte-americanas passaram a adotar o "solitary system".

O sistema suburniano surgiu por volta de 1810, no Estado de Nova Iorque, com a penitenciária de Auburn, através do "concretate System", caracterizado pelo isolamento noturno em celas individuais e seu trabalho em comum, durante o dia, vedada a comunicação entre os sentenciados.

Com Walter Crofton, em 1857, apareceu o sistema irlandês, que concilia os anteriores baseando-se no rigor da segregação absoluta no primeiro período, e progressiva emancipação segundo os resultados da recuperação. No segundo período há segregação celular noturna e vida em comum durante o dia. E, o terceiro período, o de prisão intermédia, — penitenciária industrial ou agrícola, para chegar-se, finalmente, ao período de livramento condicional.

Esse sistema, chamado irlandês, com algumas adaptações locais, foi adotado em quase todos os países.

No Brasil, o Código Republicano de 1890, lançou as bases do sistema penitenciário com o método de Crofton.

O Código Penal de 1940, prevê a transferência do recluso a colônia penal ou estabelecimento similar. Essa transferência constitui-se em etapa na progressão do sistema penitenciário.

Aqui em nosso Estado, segundo as diretrizes do sistema penitenciário brasileiro, foi construída a colônia penal de Piraquara, cujos resultados obtidos, em seus longos anos de funcionamento demonstram a excelência desse sistema com origens remotas na Suíça, através de Otto Kellechals, que como apropriadamente acentua o grande criminalista, Prof. Roberto Lyra:

"foi o primeiro, desde 1891, a compreender e a aplicar o ideal da colônia penitenciária completa, rural e industrial, bastando-se a si mesmo, verificada pelo trabalho sadio, regenerador e remunerador; análogo, tanto quando possível, ao do homem livre. Consciente de que a modalidade jurídica da pena privativa de liberdade importa menos do que seu modo de execução e que a punição é menos do que a regeneração, rompeu, deliberadamente, com o sistema clássico de estabelecimentos fechados fazendo com que os presos saíssem de prisões e de muros, colocando-os ao ar livre, à luz do sol, procurando dar-lhes confiança e dignidade, corrigi-los e fazer deles homens novos, restituindo-lhes a alegria do trabalho em contato com a natureza livre".

(in Comentários ao Código Penal — vol. II — pág. 100 — 2.ª ed. grifos de original).

Todavia, a centralização nesse estabelecimento penal dos reclusos oriundos de todo o Estado vem causando problemas paralelos e graves.

Com a vinda dos sentenciados de todo o interior do Estado para a penitenciária central, ocorre, também, o deslocamento de suas famílias que, sem condições financeiras para a sua subsistência, o acompanham vindo a se marginalizar, construindo, até verdadeiras favelas nas proximidades do estabelecimento penal.

A construção de novas penitenciárias no interior do Estado é medida que se impõe, e com urgência, não só pelos problemas sociais apresentados, mas ainda pela necessidade de ampliação de capacidade de atendimento

do estabelecimento de Piraquara, totalmente superada pelo excesso de dentes encaminhados àquele local.

A presente proposição, por ser simplesmente autorizatória, não incorre nos impedimentos legais que regulam a elaboração legislativa. E, para atender às despesas com a execução das obras, existem verbas orçamentárias próprias, sem que haja necessidade de aumentar a despesa orçamentária fixada, quer no orçamento anual, quer no plurianual.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos os breves minutos do Pequeno Expediente de hoje para justificar os motivos do requerimento de informações que dirigimos à douta Mesa.

Não faz muito tempo chegava o asfalto a Pato Branco e, como o asfalto, a esperança natural de que os transportes coletivos que ligam Francisco Beltrão-Pato Branco à Capital do Estado fossem reformulados, passando a oferecer aos usuários melhores condições de conforto e facilidades durante a viagem.

Escrevo áquelas que desconhecem a região que represento nesta Casa, que de Francisco Beltrão e Pato Branco a Curitiba se percorre cerca de 500 quilômetros. Ora, as cidades do Sudoeste são ligadas à Capital do Estado por três empresas de transporte coletivo, o Expresso Catani S.A., as Empresas Reunidas Ltda. e a Empresa Princesa dos Campos S.A. Pois bem, isto irá surpreender a todos, mas a ligação feita dessas cidades à Capital, e que consome cerca de 8 a 10 horas, não oferece ainda àquelas que se valem do transporte coletivo ônibus leito e nem aquelas condições de conforto que os dias atuais nos oferecem e que estamos acostumados a ver nos ônibus de transporte que ligam a Capital às demais regiões do Estado. Por que razão as cidades do Sudoeste não possuem ainda para as servirem ônibus leito? Temos encontrado respostas as mais diversas para esta pergunta. Dizem as empresas que já requereram ao Departamento Estadual de Rodovias a autorização necessária para colocarem ônibus leito e que, até hoje, seus requerimentos não foram despachados.

Sem ter como válidas essas declarações, formulamos o pedido de informações ao DER a fim de solucionar definitivamente a questão porque, a partir da resposta do DER teremos condições de prestar oficialmente ao povo do Sudoeste do Paraná os esclarecimentos que se fazem necessários e que ele tem direito. Cabe ao DER prestar estes esclarecimentos, informando se existe de fato esse requerimento, se esse requerimento depende de despacho do DER e se até o momento não ocorreram esses despachos para as devidas autorizações.

Prendemos obter simplesmente esclarecimentos, para que possamos levá-los ao conhecimento do povo do Sudoeste do Paraná. Acreditamos que já se faz necessário, para aqueles que se valem do transporte coletivo, um ônibus leito para ligar Pato Branco Francisco Beltrão, a Capital do Estado.

Apelamos para a Casa, para que compreenda os objetivos do requerimento que endereçamos a ela, que, na verdade nele se consubstancia a vontade do povo do Sudoeste do Paraná, em dar esclarecimentos, de uma vez por todas, de problema que é do seu maior interesse.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

De há muito tempo nós temos acompanhado a luta de uma equipe de homens de valor, residentes em Arapongas, cujos cidadãos pleiteavam a instalação da Faculdade de Educação Física naquela cidade.

Acontece, Sr. Presidente srs. Deputados, que, dada a proximidade de Arapongas e Londrina, tornou-se difícil a homologação deste objetivo; assim e que eu gostaria de destacar aqui uma homenagem que faço publicamente, ao sr. Prefeito Municipal de Arapongas, Sr. Sadao Yokomizo.

Sua Excelência foi, de fato, um dos batalhadores incansáveis; liderou esse movimento adquirindo, por conta da Prefeitura Municipal, um edifício em condições para que naquele prédio fosse instalada aquela Faculdade. Este edifício é um dos melhores estabelecimentos do Norte do Estado, e esta luta, apesar dos obstáculos, apesar da proximidade que existe entre Londrina e Arapongas teve afinal a sua vitória, eis que, no próximo dia 13 próximo passado o Conselho Estadual de Educação, por unanimidade, aprovou a criação daquela Faculdade.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma notícia bastante alvisseira, motivo porque eu me encontro neste momento na Tribuna, para me parabenizar com aqueles homens públicos que não mediram esforços para verem coroado de êxito este seu trabalho titânico.

Eu gostaria também nesta oportunidade, de externar nossos agradecimentos aos membros componentes do Conselho Estadual de Educação que, acatando o Parecer de seu Relator, aprovaram por unanimidade aquela Faculdade.

Assim é que acabamos de encaminhar à Mesa da Assembléia um requerimento cujo teor é o seguinte: (Lendo)

“Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, Votos de Aplausos ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal de Arapongas, SADA O YOKOMIZO, pela sua luta para a criação da Faculdade de Educação Física de Arapongas, hoje coroada de êxito.

Nossos agradecimentos em especial ao Conselho Estadual de Educação que, na reunião de 13 do corrente aprovou, por unanimidade, o funcionamento em Arapongas da aludida Faculdade.

Requer, outrossim, após aprovação deste, se oficie ao Senhor Prefeito supra citado e à Câmara de Vereadores dando ciência deste requerimento. Sala das Sessões, em 17 de abril de 1972.

(a) — Paulo Poli”.

(Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assomamos a Tribuna neste instante para fazer uma solicitação que entendemos ser justa e oportuna. Eis que, com o êxito, o sucesso impresso-

nante alcançado, com uma lotação que surpreendeu aos mais otimistas, achamos de bom alvitre fazermos uma solicitação que, temos certeza, será de toda esta Casa, solicitação esta que através de um requerimento, se assim entender, a Mesa deverá encaminhar ao Ministro da Educação e ao Sr. Presidente da CBD. A exemplo do que já fez o sr. Governador, Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza, a fim de que se fizesse justiça ao Estado do Paraná. A nossa pretensão, Sr. Presidente, srs. Deputados, era a inclusão de mais um quadro no Campeonato Nacional e temos razões sobejas para exigirmos o que neste momento fazemos. O nível maior das rendas do nosso campeonato são inferiores apenas a quatro, no máximo cinco Estados da Federação: Rio, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e cremos que não há outro Estado que sobrepuje o campeonato do nosso campeonato. Os jogos realizados no Pará sempre foram excedentes aos de muitos Estados nordestinos que têm dois quadros que representam seu Estado. Não queremos a exclusão de nenhum, mas sim a inclusão do Estado do Paraná. Pernambuco tem dois times e no entanto não tem as condições que nós temos, para justificar tal fato e aí está a CBD. O poder aquisitivo do paranaense é muito maior do que o poder aquisitivo de outros Estados. Para que a nossa exigência seja tornada realidade, o jogo que ontem assistimos foi um acontecimento apoteótico, um jogo superior a muitos jogos realizados no Pacaembu em São Paulo. Nossa renda foi superior à deles; não queremos implorar, queremos exigir que o Sr. Ministro da Educação dê prioridade para que se faça justiça ao Estado do Paraná, muito superior a vários Estados da Federação. Hoje temos o Estádio do Coritiba, que abriga 50 mil pessoas e ainda, com área superior, que dará maior conforto aos que vão assistir, amanhã teremos o Pinheirão que é o maior estádio do Brasil; isto que, dentro de um ou dois anos teremos no Paraná. Se Deus quiser. São estas as razões que nos levaram a fazer esta solicitação e o fazemos na certeza de que esta Casa apoiará nossa pretensão e o Sr. João Avelange com o respaldo que terá do Ministro da Educação, em futuro muito próximo, incluirá mais um quadro para goáudio e satisfação dos paranaenses. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Mauricio Fruet, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Excmo. Sr. Presidente, Wilson Figueiredo Fortes, eminente Presidente desta Casa, Srs. Deputados.

Inicialmente as nossas congratulações ao companheiro Nelson Buffara pelo Requerimento que transmitiu a esta Casa, no Pequeno Expediente, no sentido de que fossem enviados ofícios ao Presidente da Confederação Brasileira de Desportos e à S. Exa. o Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que a Confederação Brasileira de Desportos, na organização do próximo Campeonato Nacional de Clubes, inclua mais uma associação do nosso Estado.

Além do que foi dito dessa Tribuna, pelo eminente Deputado Nelson Buffara, poderia se aduzir também que o Paraná no momento se representa, em termos de atletas registrados junto ao órgão máximo do futebol brasileiro, o Estado que ocupa a segunda posição. São inúmeras as agremiações que atuam em todos os recantos do nosso Paraná, registradas devidamente, através de ligas esportivas e participando como componentes de divisões secundárias, o que torna, em número de registro, o Paraná como o segundo Estado junto à CBD. Seria mais um motivo para que tivéssemos também, no próprio campeonato nacional de clubes, duas associações. E se prevalecer o bom senso se prevalecerem inclusive os aspectos econômicos, tão bem registrados por Nelson Buffara, temos certeza que nosso Estado estará presente no próximo campeonato nacional, com duas associações esportivas.

O que nos traz à Tribuna hoje, é para tratarmos de um problema que julgamos da mais alta responsabilidade e que cabe a cada um dos integrantes desta Assembléia Legislativa. Referimo-nos ao sistema penitenciário do Estado do Paraná. Infelizmente, muito ainda está para ser feito e muito precisa ser realizado com o objetivo de se oferecer ao condenado, condições de recuperação. Conceda-se e se ofereça àquelas que cumprem pena em nossas penitenciárias, melhores condições de vida, melhores condições de trabalho. Precisa-se oferecer condições para que o recluso, possa acima de tudo, se constituir num elemento indispensável, num elemento sempre presente no desenvolvimento de nosso Estado e de nossa Nação, o que infelizmente não acontece por falta de melhores disposições de ordem material e de melhores condições aos nossos presidiários.

Infelizmente o que se vê no Paraná é uma soma de definições e de conceitos penitenciários. Um deles, o de 1.775, que vinha sendo adotado na Pensilvânia, o do sistema solitário de reclusão, que se vê nas casas penitenciárias do Paraná. O sistema Auburniano introduzido em 1.810, no Estado de Nova Iorque, é através do sistema congregado, caracterizado pelo isolamento noturno em celas individuais e seu trabalho em comum, durante o dia, vedada a comunicação entre os sentenciados.

rigor da segregação absoluta no primeiro período; a segregação celular no rigor da segregação absoluta no primeiro período; a segregação celular noturna e vida em comum, durante o dia. E no terceiro período, o da própria intermediária penitenciária individual, ou agora, para chegar finalmente ao período do livramento condicional. Esse sistema chamado irlandês, com algumas adaptações locais, foi adotado em quase todos os países e, no Brasil, o Código Republicano de 1.890, lançou as bases do sistema penitenciário que é o método Crofton.

Este sistema deveria estar sendo adotado no Estado do Paraná, porque o Código Penal de 1940 prevê a transferência do recluso para a Colônia Penal ou estabelecimento similar. Essa transferência constitui-se em etapa na progressão do sistema penitenciário.

Dentro dos princípios de recuperação do sentenciado, citaremos o grande criminalista, Professor Roberto Lyra, “consciente de que a modalidade jurídica da pena privativa de liberdade importa menos do que seu modo de execução e que a punição é menos do que a regeneração, rompendo de liberadamente com o sistema clássico de estabelecimentos fechados, fazendo com que os presos saíssem de prisões e de muros, colocando-se ao ar livre, à luz do sol, procurando dar-lhes confiança e dignidade, corrigi-los e fazer deles homens novos restituindo-lhes a alegria do trabalho em contacto com a natureza livre”.

Todavia, a centralização nesse estabelecimento penal, dos reclusos oriundos de todo o Estado, vem causando problemas paralelos e graves. Com a vinda a Curitiba de todos os sentenciados do interior do Estado, terão que ser os mesmos alojados na única Penitenciária Agrícola existente no

Paraná, a de Piraquara, construída pelo então Governador Moysés Lupion. Portanto, desde aquela época nada se fez cu se procurou fazer, nenhuma atenção foi dada ao sentenciado dentro da filosofia e das determinações do regime penitenciário brasileiro.

Infelizmente a Prisão Agrícola de Piraquara não reúne as condições necessárias para abrigar a todos os sentenciados. O sentenciado vindo do interior como chefe de família, traz a esposa e os filhos e o que ocorre é a total marginalização de seus familiares, que se alojam nos arredores da Penitenciária e não têm condições de sobrevivência em Curitiba.

Por este motivo, sr. Presidente, apresentamos um Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a construir duas Penitenciárias Agrícolas no interior do Estado, sendo que as despesas com a execução da Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante do Orçamento do Estado.

Por ser simplesmente autorizatória a presente proposição, não incorre nos impedimentos legais que regulam a elaboração legislativa. Para atender às despesas com a execução das obras existem verbas orçamentárias próprias, sem que haja necessidade de se aumentar a despesa orçamentária fixada, quer no orçamento anual, quer no plurianual.

Na certeza absoluta de que os eminentes companheiros da Casa compreendem e compreenderão os objetivos a que se propõe este Projeto, temos a certeza de que o mesmo receberá a acolhida desta Casa e ao mesmo tempo junto ao Executivo estaremos lutando todos, reivindicando a construção destas penitenciárias que poderão ser fixadas a critério do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, por ser também do conhecimento destas autoridades o problema que aflige aos sentenciados de nosso Estado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Declino, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Mauricio Fruct, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 211-71, de autoria do Dep. Emilio Carazzai, eleva o "Quantum" da pensão mensal assegurada as viúvas dos Deputados Estaduais. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. COM SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGENCIA.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, pediria a V. Exa. apenas alguns instantes de prazo, eis que sobre esse Projeto está sendo redigido um requerimento que dará entrada à Mesa e que versa sobre o Projeto de Lei n. 211-71.

(É encaminhado à Mesa o requerimento)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Santos Lima, solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 211-71, por cinco sessões.

Em votação o requerimento. — Aprovado. Fica, portanto, retirado por cinco sessões, o Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 180-71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 180-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública o "Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense", fundado em 24 de maio de 1900, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

a) Dep. João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

O "Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense", fundado nesta Capital, onde tem sua sede, a 24 de maio de 1900 é uma associação cultural de duração ilimitada, com alta finalidade de pesquisar e interpretar fatos históricos, geográficos e etnográficos, principalmente de nosso Estado, e divulgá-los.

É inestimável a contribuição que tem dado à cultura paranaense, motivo que por si só justifica nossa pretensão de torná-lo, por este plano de lei, de utilidade pública.

Por sua alta e patriótica finalidade, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí a certeza do acolhimento que a Casa dará ao mesmo.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER Ao Projeto de Lei n. 180-71.

Pretende o nobre Deputado João Mansur, por este projeto, a declaração de utilidade pública do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, desta Capital.

A instituição, cujos trabalhos são largamente conhecidos, preenche os requisitos exigidos pela legislação específica, de modo que nada impede a declaração pleiteada.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator.

Muggiati Filho, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Arthur de Souza e Sebastião Rodrigues Júnior.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 181-71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Maria José com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 181-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública, o Instituto Maria José, fundado em 27 de junho de 1938, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

a) — Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA

O presente plano que vem devidamente justificado de acordo com o que dispõe o registro de Títulos e Documentos — 1.º Ofício, anexo.

Nestas condições, admitimos muito justa a declaração de Utilidade Pública, que será um reconhecimento aos relevantes serviços que vem prestando o referido Instituto ao ministrar o ensino primário e pré-primário, dentro dos planos — leis e normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

Por isso, esperamos sua aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 181-71

AUTOR: Dep. João Mansur

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Maria José, com sede nesta Capital.

RELATORIO e PARECER

1. Tratar-se de projeto que, pela sua natureza, nada temos a opor, estando perfeitamente delineados seus objetivos na própria súmula.

2. Opinamos, pois, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Emilio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator.

Odilon Reinhardt — Gilberto Carvalho — Candido Martins de Oliveira — Borsari Netto.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 188-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional da cidade de Mandaguari. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 188-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, da mesma cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1971.

a) Dep. Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos legais para alcançar tal objetivo, eis que sua fundação se deu a mais de dois anos; presta, realmente, serviço à coletividade de maneira desinteressada; seus diretores não recebem qualquer espécie de remuneração e seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Por outro lado, como se verifica da inclusa fotocópia, referida Entidade já foi declarada de Utilidade Pública pelo Legislativo Municipal.

Em se tratando de Associação de tamanha importância para as crianças excepcionais daquela cidade, apresentamos o presente projeto a consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 188-71

AUTOR: Dep. Basílio Zanusso.

Súmula: Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional da cidade de Mandaguari.

PARECER

O presente plano de Lei, vem devidamente instruído, com a documentação exigida para iniciativas desta natureza.

Consta ainda do processo, a Lei municipal, que considerou a entidade, de Utilidade Pública.

Não fere qualquer princípio de ordem legal ou constitucional. Favorável, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emilio Carazzai — Relator

Arthur de Souza — Igo Losso — Acyr José — Candido Martins de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso ao Sr. Prefeito Municipal de Arapongas, pela sua luta para a criação da Faculdade de Educação Física de Arapongas. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Governador do Estado, pela autorização, através da Secretaria de Transportes, para execução do Projeto final de Engenharia da Rodovia PR-1 entre Sto. Antonio da Platina e Jaguaíva. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando apelo aos srs. Ministros da Educação e Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, no sentido de que suas Excelências aprovem a inclusão de mais um clube do Paraná no Campeonato Nacional de Futebol. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Domicio Scaramella e Quilse Crisóstomo constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo aniversário transcorrido da 13 de abril do corrente ano, do progressista Município de Palmas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado, indagando os motivos pelo qual não foi autorizado o transporte de passa-

geiros, através de carros-leito entre Francisco Beltrão-Pato Branco e Curitiba. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.s 11-70 e 9-71;
2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s: 180-71 181-71, 188-71 e de Resolução n. 11-71;
1.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.s: 2-71, 12-71 e 13-71.
Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 14.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 18 de Abril de 1972

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (40); achando-se ausentes os seguintes srs. Deputados: Alvaro Dias; Antonio Maciel; Francisco Escorsin; Igo Losso; Nivaldo Kruger; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA destinada à apreciação de Votos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 89-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 141-71, de autoria do sr. Deputado Quielise Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Senhora Francisca de Souza, residente em Bocaiuva do Sul. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço licença a V. Exa. para, antes do término da sessão, possa eu convocar os srs. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça que já foram designados à Mesa, para comparecerem à Sala de Reuniões para que se possa instalar a referida Comissão nesta data.

O SR. PRESIDENTE — O convite de V. Exa. aos srs. Deputados integrantes da Comissão já foi feito e o nobre Deputado, como Presidente, poderá reuni-los a fim de instalar a Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única — da Proposição n. 90-71.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 15.ª Sessão Ordinária

Realizada em 18 de Abril de 1972

(Terça-Feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados, Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (40); achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias; Antonio Maciel; Francisco Escorsin; Igo Losso; Nivaldo Kruger; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM N. 5-72

Curitiba, 11 de abril de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, os inclusos anteprojeto de leis que visam, o primeiro, autorizar o Poder Executivo a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR e a ratificação dos termos do convênio celebrado em 23 de março de 1972, entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, de conformidade com o preceituado no Decreto-Lei Federal n. 949, de 13 de outubro de 1969 e, o segundo, autorizar o Executivo a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o mencionado Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da SANEPAR.

Com vistas a permitir, ao Governo do Estado o equacionamento em caráter permanente de tão grave problema o do abastecimento de água — e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe os meios necessários a solucioná-lo, o Governo Federal, através do Banco Nacional da Habitação preparou e está executando o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

O Governo Estadual compreendendo o alcance e a importância da meta empréstimos decorrentes do Convênio, que vierem a ser concedidos pelo de março próximo passado um convênio com o Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado a estabelecer as condições gerais para a realização do programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, propiciando o equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água em todos os municípios, nos moldes preconizados pelo PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO — PLANASA, com possibilidades de atendimento a 80% da população urbana do Paraná, que no final do plano, em 1977, beneficiará pelo menos 3.391.000 pessoas.

Os investimentos necessários ao programa são num montante de 9.560.000 UPC ou seja Cr\$ 588.131.200,00, correspondendo a 50% para o Estado do Paraná, e 50% para o Banco Nacional da Habitação.

Dentre a série de normas já cumpridas pelo Governo Estadual, faltam apenas duas, consideradas básicas, que são:

I — Lei constituindo o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Paraná — FAE-PR e destinando recursos para o mesmo, bem como extinguindo o Fundo de Água e Esgotos-FAE, criado pela Lei Estadual n. 4.684, de 23 de janeiro de 1963;

II — Lei autorizando o Estado a dar fiança as obrigações assumidas nos empréstimos decorrentes do Convênio, que vierem a ser concedidos pelo Banco Nacional da Habitação ao Agente financeiro — Banco do Estado do Paraná.

Esclarecemos, Senhores Deputados, que a recomendação do Banco Nacional da Habitação, para a extinção do Fundo de Água e Esgotos-FAE, criado pela Lei Estadual n. 4.684, de 23 de janeiro de 1963, se fundamenta em normas ditas pelo Banco Central no que tange à administração de Fundos Financeiros, por considerar o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Paraná — FAE-PR a garantia do esquema e o principal suporte do Sistema Financeiro do Saneamento, bem como em obediência as normas do Banco Nacional da Habitação consubstanciadas no item 2 da RD 16-71, alínea "s" do item 7 da RD 16-71 e ID-SFS-02-71.

Certo de que os anteprojeto de leis ora encaminhados merecerão dessa Colenda Casa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos do Convênio assinado em 23 de março de 1972 entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, que disciplina o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR constituído em Convênio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, na conformidade com o que preceitua o Decreto Lei Federal de n. 949, de 13 de outubro de 1969.

Parágrafo Único. Os recursos de que trata este artigo serão constituídos por:

I — dotações concedidas no orçamento anual ou através de créditos suplementares ou especiais;

II — recursos provenientes de operações de crédito de que o Governo do Estado seja Mutuário, desde que as obrigações financeiras decorrentes não onerem o FAE-PR;

III — retornos das aplicações do Fundo bem como com os resultados obtidos;

IV — outros recursos de qualquer origem, que lhe forem destinados, desde que não onerem o FAE-PR.

Art. 3.º — Consideram-se como integralizados pelo Estado os valores aplicados à conta do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos — FAE-PR a partir de 15.09.69, devendo seu resultado financeiro ser incorporado ao citado Fundo.

Parágrafo único. O FAE-PR terá individualização contábil e Gestão Autônoma.

Art. 4.º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante Decreto, a Gestão do FAE-PR, bem como a designar o respectivo Órgão Gestor.

Art. 5.º Os recursos consignados no orçamento Estadual à conta do Fundo de Água e Esgotos — FAE — criado pela Lei n. 4.684, de 23.01.63, relativo ao corrente exercício, são transferidos ao FAE-PR e a ele se incorporarão para todos os efeitos e fins do que dispõe o inciso I do parágrafo único do Art. 2.º da presente lei, ficando excluídos os recursos destinadas a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO constante da dotação 72.7.7.61.08.0 — Código 1.2.01.

Art. 6.º Fica extinto o Fundo de Água e Esgotos — FAE — criado pela lei n. 4.684, de 23 de janeiro de 1963 devendo seus direitos e obrigações, com exceção do que tratam os artigos 3.º e 5.º, serem transferidos para todos os efeitos e fins à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, podendo o Patrimônio líquido do FAE, ser incorporado a SANEPAR e/ou destinado para a integralização do FAE-PR, na conformidade com o que dispõe o inciso IV do parágrafo único do Artigo 2.º da presente lei.

Art. 7.º Nas edificações sujeitas a lei reguladora de condomínios e in-

corporações, a tarifa será cobrada em conjunto, abrangendo todas as economias abastecidas por meio de reservatórios e/ou cisternas comuns.

Art. 8.º A SANEPAR poderá interromper o abastecimento de água do imóvel, independente de novas notificações, quando a conta não for paga até a data de seu vencimento, bem como em outros casos previstos em Regulamento.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Artigos 10 e 11 da Lei n. 4.684, de 23 de janeiro de 1963.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado, e a conferir ao Banco Nacional da Habitação os poderes para levantar junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos Órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional da Habitação ao Banco do Estado do Paraná S.A..

Parágrafo Único. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A. ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a complementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, bem como a garanti-los na forma estabelecida no art. 1.º desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Convênio que, entre si, celebram o Banco Nacional da Habitação, o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S.A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, com o objetivo de fixar condições para a realização do Programa de Abastecimento de Água do Estado do Paraná

O Banco Nacional da Habitação, empresa pública instituída nos termos da Lei n. 5.762, de 14 de dezembro de 1971, inscrito no CGCMF sob o n. 33.633.686, com sede no Distrito Federal também funcionando na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson n. 164, Estado da Guanabara, daqui por diante designado BNH, o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S.A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR representados, neste ato e na forma legal ou estatutária, pelos abaixo assinados, ajustam as condições gerais para a realização do Programa de Abastecimento de Água em cidades do Estado do Paraná, mediante as seguintes cláusulas:

1 — FINALIDADE DO CONVÊNIO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio destina-se a estabelecer as condições gerais para a realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná que vise ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água, em Municípios desse Estado, nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

2 — IMPLEMENTAÇÃO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Convênio será implementado através do Programa de Financiamento para Saneamento FINASA e seus Subprogramas.

3 — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Convênio será executado através de contratos de financiamento, nas condições aqui ajustadas, observada a regulamentação competente do BNH.

4 — VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio terá por vigência o período de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

5 — PROGRAMA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA — PEAG

CLÁUSULA QUINTA

O Programa de Abastecimento de Água do Estado do Paraná, doravante denominado Programa e que, rubricado pelos signatários, faz parte integrante do presente Convênio, para todos os fins de direito, caracteriza-se, em especial, pelos seguintes elementos, constantes do Anexo:

- a) a definição dos objetivos;
- b) o prazo previsto para o abastecimento de água a pelo menos 80% da população urbana do Estado;
- c) as metas a serem alcançadas, ano a ano, em termos de população abastecida em valores absolutos e relativos à população urbana do Estado;
- d) o cronograma de desembolso, na forma do item 7 da RD n. 16/71;
- e) a evolução programada para as Despesas Operacionais da Concessionária (Mutuário Final);
- f) a evolução programada para as Despesas Financeiras da Concessionária (Mutuário Final);
- g) a evolução dos principais parâmetros a que deve se subordinar o esquema tarifário da Concessionária (Mutuário Final);
- h) a evolução prevista para o total anual de contratações de projetos, em UPC;
- i) a evolução prevista para o ativo e para os retornos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR;

- j) o destaque dos elementos de que tratam as alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, desta Cláusula, para o período governamental vigente;
- k) a lista provisória dos núcleos urbanos a serem beneficiados ordenada segundo grau de prioridade, assinalados os principais elementos para efeito de execução do Programa.

CLÁUSULA SEXTA

Deverá ser apresentado pelo Agente Promotor o Estudo Global de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessionária (Mutuário Final), doravante denominado Estudo de Viabilidade, e que passará a fazer parte integrante des Convênio, quando aceito pelo BNH.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Estudo de Viabilidade deverá apresentar uma avaliação do Programa, explicitando os elementos referidos na Cláusula Anterior, e deverá conter, necessariamente, a lista completa dos núcleos urbanos, assinalados os principais elementos para efeito de execução do Programa, que atenda aos objetivos e substitua a lista provisória mencionada na alínea k da Cláusula anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Estudo de Viabilidade deverá ser apresentado ao BNH no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura deste Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de o Estudo de Viabilidade apresentado ser recusado, no todo ou em parte, pelo BNH, será concedido novo prazo para a sua reformulação.

PARÁGRAFO QUARTO

Os estímulos de que trata a Cláusula Décima poderão ser suspensos quando ocorrerem ou permanecerão suspensos enquanto perdurarem os seguintes motivos:

- a) não observância dos prazos estipulados nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula, e/ou
- b) verificação de inviabilidade de Programa; ou
- c) não aceitação pelo BNH, a seu critério, do Programa previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Se o Estudo de Viabilidade aceito pelo BNH implicar em modificação do Programa e, em especial, dos elementos referidos na Cláusula Quinta, o Programa previsto, se aceito pelo BNH, a seu critério, com destaque daqueles elementos, passará a vigorar em substituição ao original através de documento que contenha a concordância, por escrito, de todos que não partes neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA

Anualmente será avaliada a evolução do Programa, e em função dessa avaliação serão revisto o Programa e, em especial, os valores referidos na Cláusula Quinta, observado o disposto no subitem 7.4 da RD n. 16/71.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Dentro dos primeiros noventa (90) dias de cada exercício financeiro, deverá ser encaminhada ao BNH uma atualização do Estudo de Viabilidade, contendo, explicitamente, as alterações sofridas pelo Programa e pela Concessionária (Mutuário Final), para que, a exclusivo juízo do BNH, se promova a revisão referida nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Programa revisto, bem como a respectiva atualização do Estudo de Viabilidade, passarão a fazer parte integrante do presente Convênio, através de documento que contenha a concordância, por escrito, de todos que são partes neste Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Todas as obrigações pactuadas no presente Convênio em relação ao Programa inicial e ao Estudo de Viabilidade inicial, passarão automaticamente, a vigor em relação ao Programa revisto e à respectiva atualização do Estudo de Viabilidade, na hipótese da revisão prevista nesta Cláusula, e desde que cumprido o disposto no Parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUARTO

Na hipótese de não aceitação pelo BNH do Programa revisto e respectiva atualização do Estudo de Viabilidade, continuarão em pleno vigor o Programa e Estudo de Viabilidade anteriormente vigentes.

6 — DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

CLÁUSULA NONA

Para os fins previstos no presente Convênio e nos contratos dele decorrentes ou vinculados são designados como:

- a) Entidade Financiadora: Governo do Estado do Paraná;
- b) Agente Financeiro: Banco do Estado do Paraná S.A.
- c) Agente Promotor: Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR;
- d) Órgão Gestor: Banco do Estado do Paraná S.A.;
- e) Mutuário Final: Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Órgão Gestor poderá ser substituído de comum acordo entre o BNH e a Entidade Financiadora, segundo o que estabelece o Convênio de Constituição do FAE-PR e suas eventuais alterações.

7 — COMPROMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA — O BNH compromete-se a conceder os estímulos de que trata o subitem 1.2 da RD n. 16/71, de forma a atingir os objetivos do presente Convênio, desde que sejam satisfeitas as condições básicas previstas no item 2 da RD n. 16/71 e as demais disposições deste Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os estímulos de que trata esta Cláusula poderão ser suspensos a qualquer tempo, a juízo do BNH e independentemente de qualquer outra penalidade cabível, desde que seja constatada a infringência de qualquer norma do BNH, e, em especial, as disposições previstas no item 2 da RD 16/71.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A Entidade Financiadora compromete-se a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH no âmbito de sua competência, e, em especial:

- a) a cumprir o que estabelece o Convênio de Constituição do FAE-PR e suas eventuais alterações;
- b) a cumprir e/ou fazer cumprir as condições básicas de que trata o item 2 da RD n. 16/71;
- c) a oferecer as garantias necessárias que, se aceitas pelo BNH, assegurarão o estrito cumprimento das obrigações assumidas nos empréstimos decorrente do presente Convênio que vierem a ser concedidos pelo BNH ao Agente Financeiro, e que se constituirão no Contrato Acessório de Garantia a ser celebrado entre o BNH e a Entidade Financiadora e no qual esta figurará como Fiançador;
- d) a consignar, anualmente, em seu orçamento, liberar e depositar no FAE-PR os valores, constantes do Anexo, referidos na alínea e do cronograma de que trata o item 7 da RD n. 16/71, com as alterações que venham a ser acordadas na forma deste Convênio e da regulamentação em vigor;

e) a proporcionar todos os recursos financeiros necessários à conclusão dos Projetos, além dos concedidos e previstos nos contratos de financiamento que vierem a ser firmados pelo BNH como decorrência do presente Convênio;

f) a arcar, sob a forma de integralização do FAE-PR com as eventuais perdas nele ocorridas por efeitos inflacionários, sempre que não for utilizada a faculdade concedida na ID/SFS/02/71, de depositar o saldo do FAE-PR no BNH;

g) a providenciar, em tempo hábil, os atos legais e administrativos que se tornarem indispensáveis à validade e ao cumprimento dos compromissos assumidos, neste Convênio, quer diretamente pela Entidade Financiadora, quer os que o forem através das entidades estaduais designadas na Cláusula Nona ou outras subordinadas, cujo concurso se torne indispensável ao cumprimento do Programa sob os pontos de vista, de viabilidade econômico-financeira, técnica e administrativa;

h) a enviar ao BNH, quando do encerramento de cada exercício financeiro, o balanço do Estado, bem como a previsão justificada da evolução da Receita Tributária Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O AGENTE FINANCEIRO compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir por conta de cada financiamento que vier a contratar com o BNH, em decorrência do presente Convênio, as seguintes condições:

a) responsabilizar-se, como Mutuário do BNH e Mutuante dos beneficiários finais, pela boa formalização das operações, assim como pela correta aplicação dos recursos e pontual cumprimento das obrigações assumidas até a integral quitação da dívida com aquele contraída, respondendo por quaisquer irregularidades, deficiências ou omissões apuradas;

b) pagar, ao BNH, os prêmios de seguros relativos à operação, porventura exigidos; as taxas de administração e de serviços técnicos, no âmbito de 1% (hum por cento) cada uma, calculadas sobre o valor mutuado e pagas à medida do levantamento de cada parcela; e, ainda, a taxa de compromisso igual à taxa de juros dos recursos contratados do BNH, que incidirá sobre as parcelas não utilizadas, na conformidade do cronograma financeiro, acrescida de 1% (hum por cento) se a não utilização ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o BNH, se julgar conveniente, descontar a importância a elas correspondentes do valor dos desembolsos, salvo se, por motivo de força maior, a pedido do AGENTE FINANCEIRO, for aprovado pelo BNH novo cronograma financeiro;

c) fazer o registro independente da utilização dos recursos recebidos do BNH, para o fiel controle da sua aplicação e comprovação do desenvolvimento da obra;

d) permitir e a facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução do Projeto por funcionário do BNH ou peritos por ele contratados e a facultar-lhes o livre acesso a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

e) apresentar, ao BNH, dentro de 30 (trinta) dias do encerramento de cada trimestre civil, relatório referente à aplicação dos recursos recebidos do BNH;

f) apresentar, ao BNH, dentro de 90 (noventa) dias do encerramento financeiro de cada exercício, exemplares do balanço do aludido exercício, com as informações relativas às receitas e despesas que serão certificadas por auditores independentes, aceitáveis pelo BNH;

g) ceder, ao BNH, os direitos relativos às garantias constituídas para o integral implemento das obrigações contraídas pelo MUTUÁRIO FINAL em contratos previstos neste Convênio e que vierem a ser firmados com o AGENTE FINANCEIRO;

h) fazer integrar nos demais atos de que participe, vinculados e/ou decorrentes do presente Convênio, assim como, de cada contrato de financiamento firmado com o BNH, as resoluções neles expressamente citadas e as demais normas em vigor do BNH relativas ao Sistema Financeiro do Saneamento;

i) apresentar, ao BNH, à satisfação deste e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR, as propostas de alterações ou retificações que se fizerem necessárias nos cronogramas físico e/ou financeiro, seja por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações do BNH;

j) cumprir e/ou fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, as condições básicas de que trata o item 2 da RD n. 16-71;

k) apresentar, a qualquer tempo, dados, informações e elementos que se tornarem necessários, a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — O MUTUÁRIO FINAL compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir por conta de cada financiamento que vier a contratar em decorrência do presente Convênio, as seguintes condições:

a) abrir e manter, em estabelecimento do AGENTE FINANCEIRO ou em outro aceite pelo BNH, conta de depósito bloqueada até o valor correspondente a 1,2 (hum vírgula dois) da prestação vincenda, constituída de amortização e juros, corrigida monetariamente e, no período de carência 1,2 (hum vírgula dois) do valor dos juros que o AGENTE FINANCEIRO for obrigado a pagar ao BNH nas condições entre estes contratadas, facultando ao BNH dela se utilizar para o integral implemento das obrigações assumidas pelo AGENTE FINANCEIRO, perante ao BNH, conferindo a este poderes necessários à movimentação da referida conta, nos quais, assim que outorgados ficará o BNH automaticamente subestabelecido, independente de qualquer outro ato, para, se necessário, fazer saques, passar recibo e dar quitação em nome do MUTUÁRIO FINAL e, enfim, para praticar todos os atos necessários à execução dos poderes subestabelecidos;

b) retornar ao FAE-PR, os recursos dele provenientes, sob a forma de financiamento, nas condições e nas datas fixadas nos contratos pertinentes;

c) apresentar, ao AGENTE FINANCEIRO, à satisfação deste e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR, as propostas de alterações ou retificações que se fizerem necessárias nos cronogramas físico e financeiro, seja por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações do AGENTE FINANCEIRO;

d) contribuir, se for o caso, com recursos suficientes para a conclusão dos Projetos;

e) fazer prova, junto ao BNH e ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 3 (três) meses, a partir da data da assinatura de cada contrato entre estes celebrado, prorrogável a critério do BNH, de haver instituído sistema

de tarifas ou taxas remuneratórias atualizáveis pela aplicação obrigatória de índices pré-estabelecidos, aprovados pelo BNH;

f) fazer prova, junto ao BNH e ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 3 (três) meses a contar da data da assinatura de cada contrato entre estes celebrado, de haver organizado contabilidade apropriada e independente, considerada satisfatória pelo BNH;

g) assegurar o bom funcionamento dos sistemas financiados à conta de recursos provenientes do BNH;

h) utilizar os bens e serviços adquiridos com os recursos provenientes do BNH, exclusivamente para os fins estipulados em cada contrato firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO, salvo prévia autorização do BNH;

i) permitir e a facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução dos Projetos por funcionários do BNH ou peritos por ele contratados, e a facultar-lhes o livre acesso às obras e instalações bem como a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

j) promover a contratação dos Projetos de acordo com a ordenação prioritária aprovada pelo BNH;

k) apresentar dentro do prazo de 90 (noventa) dias do encerramento financeiro de cada exercício, exemplares do balanço do aludido exercício, com as informações relativas às receitas e despesas, que serão certificadas por auditores independentes, aceitáveis pelo BNH;

l) exigir das firmas projetistas a elaboração de projetos técnicos que obedeçam as normas aprovadas pelo BNH;

m) elaborar o ESTUDO DE VIABILIDADE a que se refere a CLÁUSULA SEXTA, do prazo ali indicado, bem como as atualizações que se fizerem necessárias, de acordo com a CLÁUSULA OITAVA;

n) cumprir e/ou fazer cumprir no âmbito de sua atuação, as condições básicas de que trata o item 2 da RD-16-71;

o) apresentar, a qualquer tempo dados, informações e elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — O AGENTE PROMOTOR compromete-se a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial a cumprir por conta do desenvolvimento do PROGRAMA e de cada contrato de financiamento em que intervir, decorrente do presente Convênio, as seguintes condições:

a) apresentar ao BNH o ESTUDO DE VIABILIDADE a que se refere a CLÁUSULA SEXTA, no prazo ali indicado, bem como as atualizações que se fizerem necessárias, de acordo com a CLÁUSULA OITAVA;

b) levantar os dados necessários ao conhecimento permanente da evolução do saneamento básico no Estado, de forma a possibilitar a elaboração e o ajustamento dos projetos tendo em vista otimizar os resultados previstos no PROGRAMA, bem como permitir sua avaliação, segundo normas estabelecidas pelo BNH;

c) manter anualmente atualizados o levantamento mencionado na alínea anterior, mediante relatório que deverá ser enviado dentro dos primeiros 90 (noventa) dias de cada exercício financeiro;

d) desenvolver esforços junto às municipalidades, no sentido de garantir sua adesão ao PROGRAMA a fim de assegurar a concessão, para o MUTUÁRIO FINAL, da exploração dos sistemas municipais de água e de esgotos;

e) promover a elaboração de estudos e projetos, em função das necessidades do PROGRAMA;

f) assumir a responsabilidade técnica pela execução dos Projetos, observados os cronogramas físico e financeiro;

g) permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução do Projeto por funcionário do BNH ou peritos por ele contratados e a facultar-lhes o livre acesso às obras e instalações, bem como a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

h) analisar as propostas de alterações ou retificações relativas aos cronogramas físico e financeiro verificando, em especial sua compatibilidade com a execução de cada Projeto e com o PROGRAMA;

i) cumprir e/ou fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, as condições básicas, de que trata o item 2 da RD n. 16-71;

j) apresentar a qualquer tempo dados, informações, relatórios e demais elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — O ÓRGÃO GESTOR compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir à conta do desenvolvimento do PROGRAMA e de cada contrato de financiamento decorrente do presente CONVÊNIO, as seguintes condições:

a) assegurar a ENTIDADE FINANCIADORA e/ou outras entidades estaduais cujo concurso se torne indispensável na mobilização de recursos — tanto orçamentários como externos ao Estado — visando ao cumprimento dos cronogramas de integralização, contratação e aplicação dos recursos do FAE-PR, de acordo com o desenvolvimento do PROGRAMA;

b) firmar os contratos de empréstimos, em nome da ENTIDADE FINANCIADORA, com o AGENTE FINANCEIRO, à conta dos recursos do FAE-PR, que os repassará ao MUTUÁRIO FINAL;

c) aplicar os recursos do FAE-PR, a uma taxa de juros não inferior à taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado;

d) programar, controlar e aplicar, sob a forma de empréstimo, os recursos do FAE-PR, em função das programações financeiras ajustadas para o desenvolvimento do PROGRAMA;

e) gerir com proficiência a FAE-PR e diligenciar para que os seus recursos sejam bem aplicados providenciando para que os retornos de suas aplicações se efetuem regularmente e, promovendo as medidas necessárias à efetiva saúde financeira do FAE-PR, observada sempre a regulamentação para tanto baixada pelo BNH;

f) permitir e facilitar, a qualquer tempo, a inspeção e auditoria pelos representantes do BNH;

g) enviar ao BNH, com frequência que este exigir balancetes que demonstrem a posição e movimentação do FAE-PR, além dos demais dados de programação, acompanhamento e controle que forem solicitados;

h) cumprir e/ou fazer cumprir no âmbito de sua atuação as condições básicas de que trata o item 2 da RD n. 16-71.

8 — CONDIÇÕES GERAIS DE EMPRÉSTIMOS A SEREM CONCEDIDAS PELO BNH

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA — Os empréstimos a serem concedidos pelo BNH para a execução do presente CONVENIO serão concedidos através do Programa e Subprogramas referidos na CLAUSULA SEGUNDA.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA — A correção monetária do saldo devedor de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH decorrente do presente CONVENIO, será feita de acordo com o artigo 1.º da Instrução n. 5-66, do BNH, e o reajustamento das prestações far-se-á pelo Plano B da mesma Instrução adotado o índice vigente à época do seu efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO — No caso da suspensão dos índices, que servem de base ao cálculo da correção monetária da Unidade Padrão de Capital do BNH e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, os cálculos da correção monetária e do reajustamento das prestações previstas em cada empréstimo do BNH, referido nesta Cláusula, serão feitos com base em índices com eles coerentes e elaborados pelo Órgão legalmente competente, indicado pelo Conselho de Administração do BNH.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA — O prazo de carência sobre o principal de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH na forma do presente CONVENIO será de:

a) no máximo de 36 (trinta e seis) meses para cada Projeto, não excedendo porém, de 6 (seis) meses do término do prazo previsto para execução das obras e serviços, no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "a" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71;

b) no máximo de 6 (seis) meses além do período de desembolso, no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "b" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71; e

c) no máximo de 90 (noventa) dias após o último desembolso no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "f" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71.

CLAUSULA DÉCIMA NONA — As taxas de juros aplicáveis nos empréstimo a que se refere a Cláusula anterior, serão estipuladas nos Contratos referidos nas CLAUSULAS TERCEIRA e TRIGÉSIMA e obedecerão à regulamentação do BNH sobre a matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO — Durante os prazos de carência referidas na Cláusula Anterior serão pagos, trimestralmente, os juros pactuados de acordo com esta Cláusula.

CLAUSULA VIGÉSIMA — A amortização de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH na forma do presente CONVENIO será realizada por meio de prestações trimestrais, de igual valor em UPC, de capital e juros, observados os seguintes prazos:

a) até 18 (dezoito) anos após o período de carência no caso de se tratar dos empréstimos previstos nas alíneas "a" e "b" da CLAUSULA DÉCIMA OITAVA; e

b) até 60 (sessenta) meses após o término da carência no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "c" da CLAUSULA DÉCIMA OITAVA.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida ao BNH, por força de cada Contrato de empréstimo decorrente ou vinculado ao presente CONVENIO, compreendido o principal, os juros e todos os demais encargos legais e contratuais, ficará o AGENTE FINANCEIRO sujeito a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido na forma da Instrução n.º 5-66, do BNH.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — O empréstimo suplementar a que se refere a alínea "b" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71, será suspenso e os juros dos empréstimos concedidos pelo BNH serão automaticamente acrescidos de 1% (hum por cento) se enquanto perdurar atraso, na contribuição do Governo Estadual, como ENTIDADE FINANCIADORA, em relação ao compromisso assumido na forma da alínea "d" da CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA se o BNH não preferir aplicar o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO da CLAUSULA DÉCIMA.

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — Independentemente da incidência o do pagamento dos juros moratórios fixados na CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA, poderá o BNH proceder à imediata suspensão dos desembolsos, se não preferir denunciar o contrato de empréstimo em que ocorra qualquer dos seguintes fatos ou circunstâncias:

a) atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo AGENTE FINANCEIRO ao BNH, por força de qualquer contrato firmado entre ambos, compreendendo o principal, os juros e os demais encargos legais e contratuais;

b) falência, concordata, insolvência, intervenção, liquidação ou qualquer outro fato ou circunstância que possa acarretar a perda ou a redução da capacidade de livre administração do AGENTE FINANCEIRO;

c) alteração de qualquer das disposições vigentes que a critério do BNH, afete desfavoravelmente o desenvolvimento do PROGRAMA, o funcionamento dos sistemas e o ajustado neste Convênio e/ou nos contratos dele decorrentes;

d) não cumprimento, pela ENTIDADE FINANCIADORA, pelo AGENTE FINANCEIRO, pelo MUTUÁRIO FINAL, pelo AGENTE PROMOTOR, e pelo ÓRGÃO GESTOR das obrigações estabelecidas neste CONVENIO;

e) inadimplemento, pelo FIADOR, de qualquer das obrigações estipuladas no Contrato Acessório de Garantia referido na alínea "c" da CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;

f) inadimplemento, pela ENTIDADE FINANCIADORA e/ou pelo MUTUÁRIO FINAL, da obrigação de participar com recursos para a execução dos Projetos, na forma que vier a ser estabelecida em cada contrato de empréstimo, de acordo com os respectivos cronogramas financeiros;

g) atraso ou paralisação da execução dos Projetos que prejudique os cronogramas físico, a critério do BNH; e

h) inadimplemento de qualquer das disposições ajustadas no presente CONVENIO e/ou nos contratos dele decorrente.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA — Poderá, o BNH, considerar vencidas as dívidas e rescindido de pleno direito o presente CONVENIO e/ou os contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial sem prejuízo da incidência dos juros moratórios e da suspensão dos desembolsos, caso o AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento de aviso por escrito não promova o cumprimento de exigência a ele formulada com base em qualquer dos fatos ou circunstâncias previstos na Cláusula Anterior.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA — No caso de cobrança judicial de qualquer importância que for por ele devida, ficará o AGENTE FINANCEIRO sujeito a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o total da dívida e independentemente dos juros moratórios estipulados na CLAUSULA

VIGÉSIMA PRIMEIRA.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA — O inadimplemento de qualquer das obrigações ajustadas no presente CONVENIO e/ou nos contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, enquanto estes subsistirem, poderá implicar na proibição de transacionar, inadimplemento com o BNH.

CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA — O atraso ou omissão, por parte do BNH, no exercício dos direitos que lhe assistem na forma do presente CONVENIO e/ou dos contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, não poderá ser interpretado como renúncia a tais direitos nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiram exercitá-los.

CLAUSULA VIGÉSIMA OITAVA — Independentemente das garantias que foram dadas ao BNH por força de contratos de financiamento firmados com o AGENTE FINANCEIRO e das garantias que forem subrogadas ao BNH nos termos da alínea "a" da CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA, que poderão ser executadas pelo BNH, a seu exclusivo critério, sem que o exercício de qualquer delas impeça a oportuna utilização da outra, e não obstante o disposto na CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA, poderá ser promovido, por via executiva, a cobrança das prestações vencidas e não pagas com fundamento no parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 960 de 17 de dezembro de 1938.

CLAUSULA VIGÉSIMA NONA — O inadimplemento de qualquer das obrigações pactuadas no presente CONVENIO poderá acarretar, a exclusivo juízo do BNH, a sua rescisão de pleno direito, e/ou a dos contratos dele decorrentes e/ou a ele vinculados, direta ou indiretamente com o consequente vencimento antecipado das respectivas dívidas.

9 — CONTRATOS DECORRENTES OU VINCULADOS AO

PRESENTE CONVENIO.

CLAUSULA TRIGÉSIMA — Serão os seguintes os Contratos decorrentes ou vinculados ao presente CONVENIO:

a) relativamente aos empréstimos referidos na alínea "a" da CLAUSULA DÉCIMA OITAVA;

I) Contrato de financiamento e refinanciamento a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO, na qualidade de Mutuário do BNH, com a intervenção, necessária do AGENTE PROMOTOR e do FIADOR;

II) Contrato de financiamento a ser firmado entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL com a intervenção necessária, do AGENTE PROMOTOR, para empréstimo dos recursos provenientes do BNH;

III) Contrato Acessório de Garantia entre o BNH e o FIADOR, conforme prevê a alínea "c" da CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, para a garantia dos financiamentos concedidos pelo BNH ao AGENTE FINANCEIRO, referido no subitem I desta Cláusula, podendo a critério do BNH o referido Contrato Acessório de Garantia ser exigido para cada financiamento concedido pelo BNH, ou para um conjunto deles, ou mesmo, para todos os contratos de financiamento decorrentes do PROGRAMA;

IV) Contrato de financiamento e refinanciamento a ser firmado entre o ÓRGÃO GESTOR e o AGENTE FINANCEIRO à conta dos recursos do FAE-PR, com a intervenção necessária do AGENTE PROMOTOR;

V) Contrato de empréstimo entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL, com intervenção necessária do AGENTE PROMOTOR, para empréstimo dos recursos provenientes do FAE-PR.

b) relativamente aos empréstimos referidos na alínea "b" da CLAUSULA DÉCIMA OITAVA;

I) Contrato de empréstimo a ser firmado entre o BNH e o Agente Financeiro de que conste, explicitamente, a cessão ao BNH, das garantias que forem dadas ao Agente Financeiro pela Entidade Financiadora no Contrato referido no subitem a seguir;

II) Contrato de empréstimo entre o Agente Financeiro e a Entidade Financiadora para empréstimo dos recursos provenientes do BNH.

c) relativamente aos empréstimos referidos na alínea "c" da Cláusula Décima Oitava:

I) Contrato de empréstimo a ser firmado entre o BNH e o Agente Financeiro;

II) Contrato de empréstimo a ser firmado entre o Agente Financeiro e o Mutuário Final ou outra identidade aceita pelo BNH, para empréstimo dos recursos deste provenientes;

III) Contrato Acessório de Garantia nos termos referidos no subitem III da alínea "a" desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de o Órgão Gestor e o Agente Financeiro coincidirem torna-se desnecessário o contrato citado no subitem IV da alínea "a" desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os contratos citados no subitem II e V da alínea "a" desta Cláusula, poderão ser substituídos por um único contrato para empréstimos dos recursos tanto provenientes do BNH como do FAE-PR, desde que sejam assegurados os compromissos financeiros previstos para esses recursos nos contratos citados no subitem I e IV ou I e V, todo da alínea "a" desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os prazos de desembolsos, de carência e de amortização de todos os contratos referidos nesta Cláusula, referentes a um mesmo objetivo, assim como, a data a partir da qual os citados prazos estarão referidos, serão todos os expressamente citados no contrato referido no subitem I da alínea "a" desta Cláusula, a não ser que, por solicitação do Agente Financeiro e de comum acordo com o Agente Promotor e com Órgão Gestor, o BNH venha a aprovar outros prazos e datas a que se refere este Parágrafo.

PARÁGRAFO QUARTO

A forma ou o tipo de garantia a ser exigida pelo Órgão Gestor ao Agente Financeiro e deste ao Mutuário Final será decidido, em cada caso a critério dessas entidades.

PARÁGRAFO QUINTO

Para efetivação do Contrato Acessório de Garantia referido no subitem III da alínea "a" e no subitem III da alínea "c" ou da cessão de garantias referidas no subitem I da alínea "b", todos desta Cláusula, do BNH exigirá as garantias previstas na legislação em vigor e em sua regulamentação.

10 — CONDIÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS A SEREM CONCEDIDOS COM RECURSOS PROVENIENTES DO FAE-PR.

CLAUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

Os contratos de financiamentos e refinanciamentos dos projetos, a serem celebrados a conta de recursos do FAE-PR, subordinar-se-ão às condições básicas fixadas nos financiamentos a serem concedidos pelo BNH, exceto quanto à taxa de juros que será igual à taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado, e exceto, também, quanto à taxa de administração na base de 1% (hum por cento) e a taxa de compromisso em valor igual

ao dos juros fixados para cada operação de financiamento através de recursos do FAE-PR.

PARAGRAFO ÚNICO

A taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado será apresentada em estudo, aceitável pelo BNH e encaminhada a este pelo Órgão Gestor.

11 — CONDIÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE RECURSOS PELO AGENTE FINANCEIRO

CLAUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

O Agente Financeiro emprestará os recursos oriundos do BNH e os provenientes do FAE-PR, nas mesmas condições recebidas, exceto quanto à taxa de juros que não poderá exceder de 1% (hum por cento) ao ano sobre a taxa cobrada em cada um desses empréstimos recebidos.

12 — EXAME DOS PROJETOS E FISCALIZAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO

CLAUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

O exame dos projetos técnicos e a fiscalização de sua execução serão realizados por Órgão Técnico credenciado pelo BNH ou, em caráter excepcional, pelo próprio BNH, sempre que julgar conveniente.

CLAUSULA TRIGÉSIMA QUARTA

Os projetos que venham a se tornar inaceitáveis por parte do BNH, no todo ou em parte, não serão objeto de financiamento e este fato não implicará em objeção ou direito adquirido por parte dos signatários deste Convênio, ficando os mesmos sem direito a qualquer protesto ou reclamação judicial ou extrajudicial.

13 — ATOS NORMATIVOS

CLAUSULA TRIGÉSIMA QUINTA

Integram o presente Convênio como parte complementar, a RC n.º 61-67 e suas alterações, a RC n.º 03-71, a RD n.º 10-68 e suas alterações, a DR n.º 16-71 e as demais normas do BNH referentes ao Sistema Financeiro do Saneamento, cujas disposições os convenientes declaram conhecer e aceitar.

CLAUSULA TRIGÉSIMA SEXTA

Integra também, o presente Convênio, para os fins de direito, o Convênio de Constituição do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, e suas eventuais alterações.

14 — DISPOSIÇÕES FINAIS

CLAUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA

O presente Convênio deverá fazer parte integrante, para todos os fins de direito de todos os contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, durante todo o prazo de validade de tais contratos.

CLAUSULA TRIGÉSIMA OITAVA

Em casos excepcionais, a exclusivo critério do BNH, poderá ser aceito outro fiador ou fiadores que não seja o previsto na alínea "c" da Cláusula Décima Primeira, mas que atenda às condições de garantias exigidas pelo BNH e às finalidades expressas na referida alínea.

CLAUSULA TRIGÉSIMA NONA

No caso de se tornar necessária a substituição da entidade designada como Órgão Gestor, conforme prevê o Parágrafo Único da Cláusula Nona, a nova entidade deverá firmar termo de compromisso, que atenda ao disposto na Cláusula Décima Quinta, passando o referido termo de compromisso a integrar-se, para todos os fins de direito, ao presente Convênio.

CLAUSULA QUADRAGÉSIMA

Os signatários deste Convênio concordam, desde logo em que parte do Programa poderá ser financiado pelo BNH com recursos oriundos de Entidades Internacionais.

PARAGRAFO ÚNICO

Os Contratos em que se pactuar a aplicação dos recursos de que trata esta Cláusula, deverão observar as condições de empréstimo estabelecidas neste Convênio e as normas especiais que porventura se fizerem necessárias.

CLAUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA

Os empréstimos suplementares a que se refere a alínea "b" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71, subordinar-se-ão às normas baixadas pela ID/SFS/02/71, e, em especial, só serão concedidos em condições que garantam ao BNH proporcionalidade entre os seus desembolsos e os constantes do cronograma a que se refere a alínea "e" do item 7 da RD n.º 16-71, na forma do que dispõe o subitem 7.4 daquela RD e sua regulamentação.

CLAUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA

Para a solução de qualquer questão decorrente do presente Convênio, fica eleito, pelas partes, o fóro do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, estando justos e contratados, assinam, com as testemunhas, o presente, em 7 (sete) vias para um só efeito legal.

Curitiba, 23 de março de 1972.

RUBENS VAZ DA COSTA

Presidente do BNH

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado do Paraná

CLAUDIO LUIZ PINTO

Diretor-Superintendente do BNH

EWALDO VITA

Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A.

JAIME GARCEZ

Diretor-Financeiro do Banco do Estado do Paraná S.A.

JOSÉ ROBERTO DE A. P. DO REGO MONTEIRO

Diretor do BNH Supervisor do Sistema Financeiro do Saneamento

OSIRIS STENGHEL GUIMARAES

Secretário de Viação e Obras Públicas

MUNIR SAAB

Diretor-Presidente da SANEPAR

NAPOLEAO DE ARAUJO

Diretor-Financeiro da SANEPAR

Testemunhas:

(Ass. Illegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente:

Requeiro que a Mesa, com a devida aprovação de Plenário, consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Novais Rosas, ocorrido em data de 17 do corrente, na cidade de Castro.

O extinto, membro da tradicional família paranaense, exerceu elevadas funções públicas em nosso Estado, tendo sido Prefeito de Castro por duas gestões.

Requerimento

Requeiro, igualmente que se dê conhecimento deste expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) — David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, Digníssimo Secretário de Saúde do Estado, a fim de que o mesmo determine providências objetivando estudos para construção do Centro de Saúde de Ivaiporã.

Esta obra, reivindicada por todos os Municípios daquela comuna foi há pouco, alvo também de reclamação por parte da Câmara Municipal, através de requerimento do Vereador Theophilo Nelson Sobieray, uma vez que, apesar de ser um dos maiores do Estado, o Município de Ivaiporã não conta com um estabelecimento dessa ordem, que possa dar assistência à sua população.

A unidade sanitária local, pequena e apenas com um médico, vem se esforçando para atender os problemas que se multiplicam. O recente convênio assinado pelo Prefeito Municipal com o Serviço Abreugráfico volante de Mandaguari para desafogar os problemas das carteiras de saúde, não foi bastante e hoje há necessidade de ampliação do atendimento, com raio X, laboratórios, dispensários de pele, tuberculose, serviço odontológico, etc. Sendo grande a população estudantil surgem várias situações que exigem locomoções e encaminhamentos para fora, fato que vem onerar a bolsa do povo. Tendo se registrado vários casos de lepra, doença de Chagas paralisia infantil e tuberculose, o atendimento "in loco" evitaria as locomoções e, conseqüente propagação daqueles males.

Por ser uma reivindicação justa, necessária e que centralizaria os serviços de Saúde, a construção do Centro de Saúde de Ivaiporã deve se constituir em obra prioritária da atual administração da S.S.

Sala das Sessões em 18 de abril de 1972.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Doutor José Milani, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, no sentido de estudar a possibilidade de determinar a execução do Hino Nacional antes do início de todas as partidas patrocinadas por aquela entidade no corrente ano, cantado pelos atletas participantes, juiz e auxiliares, bem como pelo público presente.

Nas cidades onde não houver banda de música, poderá o acompanhamento ser feito por serviço de alto falantes.

Estamos no ano do Cesquicentário da nossa Independência, razão pela qual nada mais justo e patriótico, poderemos cantar e ouvir o Hino Nacional nas praças Esportivas, talvez já a partir desta semana, quando se comemorará oficialmente o início das festividades.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) — Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após o Plenário, requer a Vossa Excelência seja oficiado ao Senhor Doutor Mário de Mari, Presidente Regional do Serviço Social da Indústria, (SESI), no sentido de ser estudada a possibilidade de ampliar o número de Postos de vendas de mercadorias, não só na Capital como nas principais cidades do interior, especialmente aquelas onde reúne maior agrupamento de operários, visto que o SESI propicia ao operário a aquisição de gêneros de primeira necessidade ao preço mais acessível, pois outra não é a finalidade daquele serviço, que ultimamente vem reduzindo consideravelmente suas atividades no que diz respeito aos postos de vendas de mercadorias, trazendo com isso sérios transtornos ao operário, carente de bons serviços de abastecimento mais ou menos aceitável, dentro de suas limitações de aquisição.

Por isso, julgamos oportuna esta solicitação que, temos certeza, será apreciada pelos homens que tão bem dirigem aquele órgão de tão grande importância, como é o Serviço Social da Indústria.

Sala das Sessões em 18 de abril de 1972.

(a) — Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, oficie-se ao Exmo. Senhor Secretário de Educação e Cultura e ao Exmo. Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a Ss.Exas. que se dignem determinar as medidas necessárias objetivando ampliar as instalações da Escola Isolada de Campina dos Pretos, Município de Quitandinha, em pelo menos mais uma sala de aula.

Por falta de espaço, inúmeras crianças foram obrigadas a paralizarem seus estudos, enquanto que outras, para frequentar e concluir o primário, são obrigadas a caminhar, diariamente, grandes distâncias.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) — Mauricio Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, pedido de suspensão da fiscalização existente na Rodovia do Café, destinada a combater o alastramento do cancro cítrico, tendo em vista que não vem surtindo o efeito desejado, por não haver rigorosa fiscalização no meio produtor. O único resultado dessa fiscalização tem sido impedir a entrada de frutas na Capital do Estado, procedente do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 31-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de PIRAQUARA, para a construção de uma ponte de alvenaria, na extensão de 25 metros, sobre o rio Iraí, naquela Comuna.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) — Leopoldo Jacomet

JUSTIFICATIVA:

É de imperiosa necessidade para o Município de PIRAQUARA a construção da ponte sobre o rio Irai, na estrada que liga o distrito de Pinhaes com a chamada Bacia Leiteira, colonia Guarituba, cuja região esporta cerca de vinte e oito mil (28.000) litros de leite diariamente, com o que abastece a Capital.

Esperamos pois a acolhida dos nobres Pares, para que se torne realidade de sentida aspiração daqueles municípios, que se utilizam diariamente daquela via de comunicação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna é para justificar a apresentação de um requerimento encaminhado à Mesa, no sentido de que seja oficiado ao Ministério da Agricultura, pedindo a suspensão da fiscalização na Estrada do Café, no combate ao cancro cítrico.

Esta fiscalização pelo que parece, tem por finalidade impedir a entrega nesta Capital, de frutas do Norte do Paraná, porque eu não vejo efeito nenhum nesta fiscalização, porquanto na origem da produção não existe fiscalização alguma. Há quase três anos foi fiscalizado, foi encaminhada pelo Serviço competente do Ministério da Agricultura, uma equipe de técnicos, naquela região; foi feita a erradicação de vários pomares naquela região do Vale do Ivaí, deixando-se quase que a metade dos pomares sem erradicação necessária. Vemos hoje, a fiscalização impedindo a entrada dessas frutas na Capital do Estado. Não sei se é prejudicial a esta população e também à população do Norte do Paraná. O que é preciso é que haja uma fiscalização mais rigorosa no combate, na erradicação desses pomares que estão contaminados, mas não como vem sendo feito, gastando-se importâncias vultuosas, mas sim na orientação dos agricultores, para que eles próprios façam essa erradicação e que sejam dados, em contrapartida, os frutos para o plantio.

Essa fiscalização que é feita pelo Ministério da Agricultura poderia ser feita dando-se aos lavradores que erradicarem seus pomares outros frutos, substituindo-os e eliminando assim essa praga do Norte do Paraná.

É um apelo que faço, e peço o apoio dos Srs. Deputados para este requerimento encaminhado à Mesa, a fim de que seja suspensa essa fiscalização que só vem dando despesas, sem resultado algum à finalidade a que se destina.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais Oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrarmos diretamente no assunto a que nos dispusemos nesta tarde, tomaremos a liberdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de formular desta Tribuna, embora acreditemos que isto não seja necessário, um apelo à douta Comissão Especial encarregada da apresentação do Projeto do novo Regimento Interno da Casa no sentido de que esta matéria, pela sua transcendência, possa ser resolvida em bom tempo. Para citar um pequeno exemplo, os Regimentos Internos do Rio Grande do Sul, de São Paulo fixam prazos, naturalmente lousados no espírito, novo espírito constitucional vigente, para que as Comissões cumpram as tarefas a que são acumuladas e esgotados estes prazos, automaticamente, as Comissões ficam desfeitas. Nós temos um Regimento tão antiquado que ele admite que uma Comissão funcione durante toda a Legislação, como dizem os artigos 35 e seguintes, ou até que seja cumprido o objeto da Comissão. No ano que passou nós tivemos oportunidade de, por diversas vezes, debater o assunto em Plenário e, embora mereçamos de nós todos a admiração e o respeito, mereçam todos eles os membros encarregados da nova redação do Regimento Interno, nós pediremos vênica para encarecer desta Tribuna a necessidade de uma solução para o assunto, porque estamos trabalhando nesta Casa com um regimento superado que, ao contrário de dinamizar este Poder, o mantém ainda numa estática indesejável de todos nós e, quando observamos que à nossa volta se erguem por vezes, medidas que visam principalmente, o desprestígio do Poder Legislativo, nós cremos que aí se oferece ainda mais um motivo para que este Poder demonstre que, realmente, não é aquilo que infelizmente muita gente pode pensar do Poder.

Aqui fica, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o apelo nesse sentido. É o primeiro apelo que faço nesta tarde, porque o segundo requerimento também traz um apelo.

Trata-se de matéria que, realmente, não é da competência do legislador estadual, referente à política financeira do País, mas trata-se de uma consequência desta política que interessa a todos, cujos efeitos nós estamos observando em nosso Estado. O requerimento que encaminhamos à Mesa não visa outra coisa senão o oferecimento de subsídios que, em verdade, vistos não pelo ângulo de uma oposição sistemática, mas de uma oposição construtiva, podendo-se traduzir, se assim o entender o Poder Competente, numa colaboração à solução de um problema que reputamos grave. O requerimento está vasado nos seguintes termos:

(Lendo):

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa e usando de suas atribuições legais, expõe e requer:

A política de fusão dos bancos brasileiros que vem sendo imposta pelo Governo da República, tem, aparentemente, dois aspectos importantes: a) — o melhor e mais facilitado controle das instituições de crédito por parte dos órgãos competentes; b) — o barateamento do custo operacional.

Tais consequências representam, por seu turno, a melhoria de condições de financiamentos para o comércio e a indústria e, portanto, o barateamento da produção e, quiçá, do custo de vida, com relação aos produtos industrializados.

De um lado, porém, parece escapar à douda previsão administrativa um aspecto que, embora alheio à política financeira, afeta, podendo afetá-la em muito, a vida social do País.

Trata-se do problema social que daí se origina, com dezenas de milhares de desempregados que surgirão.

Em razão dessas fusões, casos há em que, numa mesma praça, diversas agências bancárias se reduzem a uma só Casa, com dispensa de grande número de funcionários.

Sabido que o bancário é um empregado especializado, rotadamente em nosso interior, dificilmente ele encontrará outro trabalho com remuneração que lhe possibilite manter o mesmo nível de vida que vinha mantendo.

Sabe-se, ainda, que as populações interioranas, de um modo geral, já se debatem ante a falta de empregos para uma grande massa de jovens que au-

menta a cada passo. Nas capitais, o problema em pouco difere do interior.

Vale lembrar que, por ocasião da segunda guerra, crise idêntica se verificou em nosso País, com o fechamento das agências dos bancos estrangeiros. Milhares de bancários, então, ficaram desempregados.

Muito avisadamente, entretanto, o Governo da República criou através do Ministério da Fazenda, uma "Comissão de Desemprego", que conseguiu atender, em grande parte, aos interesses da classe bancária.

Entre as medidas adotadas, naquela ocasião, facilitou-se o surgimento de novos bancos que acolheram grande parte do funcionalismo e o ingresso dos desempregados nos bancos nacionais existentes.

Como exemplo, tivemos no Paraná a entrada de grande número de ex-desempregados de bancos estrangeiros no Banco de Curitiba S. A. e Banco Comercial do Paraná S. A.

No caso atual, ao que se sabe, nenhuma providência se fez sentir por parte do Governo Federal, tudo levando a crer que tal problema não foi ainda, em toda sua extensão, devidamente analisado.

Pode parecer, também, que as indenizações pagas pelos bancos a tais funcionários representem a solução integral do problema.

Tal não ocorre, contudo.

Em verdade, se pode haver alguma compensação para os bancários mais antigos, sem que isso possa representar a independência econômica de quem quer que seja, os de menos tempo de serviço recebem apenas o necessário para o seu sustento e o de sua família por um período de um a quatro meses, conforme o caso.

Finalmente, é do conhecimento público que as nossas instituições financeiras oficiais promovem, periodicamente concursos para completar seus quadros funcionais; valeria sugerir o aproveitamento pelas mesmas de tais funcionários, estabelecendo-se em favor destes um critério de justa prioridade.

Seja com base nessa sugestão, seja com fundamento nos douts provimentos a serem ditados pelo eminente Senhor Ministro da Fazenda, que haverá de encontrar a melhor e mais justa solução a tempo de evitar o agravamento do problema social apontado, ouvido o Egrégio Plenário, apela ao Senhor Ministro Delfim Neto, no sentido de que os bancários dispensados por qualquer forma, em razão das fusões bancárias, sejam colocados, em tempo hábil e por forma legal, ao abrigo do desemprego.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1972.

(a) Muggiati Filho

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre deputado Muggiati Filho, sob todos os aspectos, eu me solidarizo com V. Exa.

O Sr. Sebastião Rodrigues — E reputo inteiramente procedente a sua preocupação. Se não podemos contestar as vantagens econômicas, sobretudo dentro da estrutura em que vivemos, na fusão dos bancos, as consequências dessa fusão determinará, acredito eu, seriam na maioria benéficas. Entretanto, o aspecto social que V. Exa. destaca neste momento, merece ser tratado com o melhor carinho.

A solução que V. Exa. propõe, como bem ressaltou V. Exa., já foi utilizada neste país. Bancário que sou, funcionário de carreira do Banco do Brasil, este próprio estabelecimento de crédito oficial absorveu em seu quadro funcional vários funcionários que, no período de guerra, pertenciam a empresas de crédito dos países que compunham o Eixo.

Crio que o Governo, se quer tomar a medida que mais convém ao interesse do País, fundindo bancos, não pode desconhecer também o problema social; tem que procurar uma solução para o mesmo. Exemplo de países de técnica avançada existe, demonstrando que esses países, às vezes, deixam de utilizar as técnicas mais avançadas no campo da agricultura, para não criar justamente o problema social, porque esses países não têm, condições de absorver o mercado de trabalho industrial, a mão de obra que ficará ociosa, pelo emprego das técnicas mais avançadas. Não adianta o Governo solucionar o problema por um lado e agravá-lo por outro; entendo que o assunto deve ser examinado englobadamente. O Governo deverá dar melhor às empresas de crédito a fim de baratear o custo no País, mas pensar também nos que trabalham nas empresas, procurando criar condições para que prossigam trabalhando, porque do contrário teremos um problema social da maior gravidade. Faço meu também, com a permissão de V. Exa., o apelo que V. Exa. neste instante formula à Casa e o faço por um dever de solidariedade, porque V. Exa. se refere ao bancário e sou profissionalmente bancário. Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço, como um valioso subsídio a este requerimento, o aparte de V. Exa., principalmente porque V. Exa., nobre líder, também é bancário e eu, como V. Exa. sabe e talvez a Casa não desconheça, também o sou.

De modo que vivemos dentro deste problema, sentindo a cada passo o quão terrível ele se poderá se tornar para milhares de famílias.

Acreditamos que medidas virão a tempo, por parte do Governo Federal, capazes de darem ao assunto o tratamento que ele está a merecer.

Gostaria, por fim, de salientar a esta Casa que, atendendo a uma convocação do ilustre Deputado Emilio Carazzini, estivemos há pouco participando de uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, razão por que este requerimento não foi lido pelo Sr. Secretário. Somente agora o encaminhei à Mesa, motivo pelo qual procedi à leitura de suas razões, às quais teria apenas a acrescentar que contarei com o apoio desta Casa para uma solicitação, para um apelo que se faz, nos termos expostos, ao Sr. Ministro da Fazenda.

Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-70, de autoria da Comissão de Tomada de Contas — ex-Proposição n.º 79-70, que aprova as contas do Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1969. Parecer favorável da C.T.C. Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9-71 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 4.11.69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R., e a Rede Ferroviária.

ria Federal S. A. — R.V.P.S.C., com finalidades que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180.71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paraense, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181.71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Maria José com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional da cidade de Mandaguari. Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2.71, de autoria da Comissão Executiva, fica doado à Câmara Municipal de Curitiba, o Busto do Barão do Rio Branco. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2.71

Art. 1.º — Fica doado, à Câmara Municipal de Curitiba, o busto do Barão do Rio Branco.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ...

(aa) Wilson Fortes — Presidente

Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

Quiêse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

JUSTIFICAÇÃO:

A rigor, na transmissão do imóvel anteriormente ocupado pela Assembléia Legislativa, feita por doação, à Câmara Municipal o busto de que trata o presente projeto, devia ter acompanhado o destino do principal, ou seja, do prédio.

E a razão é muito simples, já que aquela Casa tem a denominação, aliás muito honrosa, de Palácio Rio Branco. De sorte que a figura do insigne vulto da História-Pátria pertence, pela significação, à entidade que detem a propriedade do tradicional edifício.

Convém ressaltar, por fim, que esta propositura resulta de expediente da Câmara Municipal de Curitiba, que solicita a doação que ora se propõe.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

1 — Tratam os autos de Projeto de Resolução da douta Comissão Executiva desta Colenda Assembléia, através do qual pretende-se a doação à Câmara Municipal de Curitiba, de um busto do Barão do Rio Branco.

2 — O objeto do Projeto de Resolução acima, conforme se vê às fls. desses autos, encontra-se depositado no almoxarifado desta Assembléia Legislativa, sem uso ou projeto de uso para o futuro.

3 — O Projeto de Resolução, que atende justa solicitação da egrégia Câmara Municipal de Curitiba, está devidamente instruído, é constitucional, legal e regimental, tendo condições para ser aprovado.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai — Cândido Martins de Oliveira — Muggiati Filho e Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 33.71, que aprova acordo que fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, visando a colaboração Técnica e Assistencial em assuntos relacionados com a defesa Sanitária Vegetal, Animal, e o desenvolvimento sócio-econômico e seus Territórios. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Acordo firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em 26 de novembro de 1970, que dispõe sobre a colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971

(aa) Muggiati Filho — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Gilberto Carvalho — Sebastião R. Júnior — Emílio Carazzai — Armando Queiroz

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 33.71

SÚMULA: — "Acordo realizado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através de suas Secretarias de Agricultura, visando a colaboração Técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse".

PARECER

1) — A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental sob número 13-71, que tem por fim dar conhecimento a esta Casa dos termos do convênio firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná através de suas respectivas Secretarias de Agricultura, em 26 de novembro de 1970, e que dispõe sobre colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.

2) — A esta Assembléia, por força do que determina o inciso VII do art. 22, da Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio do corrente ano, cabe referendar o já indicado convênio, para o que apresentamos o necessário Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

(aa) Muggiati Filho — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Armando Queiroz — Emílio Carazzai — Gilberto Carvalho — Sebastião R. Júnior

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º 13/71

Curitiba, 3 de junho de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitu-

cionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Acordo que entre si fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através de suas respectivas Secretarias de Agricultura, visando recíproca colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.

O Interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Termo de Acordo que entre si fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através de suas respectivas Secretarias de Agricultura, visando recíproca colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse.

O Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Engenheiro Agrônomo Paulo da Rocha Camargo, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, devidamente autorizado pelo Governador do Estado de São Paulo, através do Processo 5537-70, o Estado de Minas Gerais, representado pelo Engenheiro Agrônomo Victor de Andrade Brito, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, credenciado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, através do ofício G/799.70, e o Estado do Paraná, representado pelo Engenheiro Agrônomo Oscar Felipe Loureiro do Amaral, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, autorizado pelo Governador do Estado do Paraná, através do Processo 1085 da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, d'ora diante designados, respectivamente, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, resolvem firmar o presente acordo destinado à prestação recíproca de colaboração técnica e assistência em assuntos de mútuo interesse, principalmente relacionados com defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e o desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios, mediante as condições das cláusulas seguintes:

I

São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através das suas respectivas Secretarias da Agricultura, em recíproca colaboração e cooperação, ministrarão cursos de aperfeiçoamento, criação grupos de trabalho específico, baixarão portarias, regulamentos e tudo o mais que concorra para o desenvolvimento das atividades ligadas à defesa sanitária vegetal e animal, bem como ao desenvolvimento técnico-sócio-econômico da agricultura, respeitadas suas atribuições específicas.

II

De acordo com o programa de ação estabelecido anualmente, serão desenvolvidos os planos de trabalho pelos órgãos próprios das Secretarias ora acordantes.

III

As Secretarias da Agricultura de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, designarão uma Comissão Mista com as seguintes atribuições:

- a) — elaboração do programa de ação preconizado neste acordo;
- b) — apresentação, dentro de 30 (trinta) dias, de normas para constituição de Grupos de Trabalho e de diretrizes para a execução deste acordo;
- c) — coordenação e orientação para elaboração dos planos de trabalho referidos na Cláusula II.

Parágrafo único — O programa de ação a que se refere a Cláusula II, deste acordo deverá estar ultimado dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da constituição da Comissão Mista a que alude o caput da cláusula III.

IV

Os planos de trabalho a serem elaborados por técnicos das entidades contratantes deverão conter, obrigatoriamente os objetivos, justificativas, esquema de execução, custos anuais, recursos financeiros e legais e distribuição de encargos.

V

Após sua aprovação, obedecidas as disposições legais vigentes e as normas gerais estabelecidas no presente acordo, os planos de trabalho serão postos em execução através dos elementos executivos das Secretarias contratantes.

VI

O presente acordo vigorará pelo prazo de 5 anos, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado ou rescindido, em qualquer tempo, neste caso por vontade das partes ou de uma delas, manifestada expressamente com a antecedência mínima de 180 dias.

E por estarem assim justos e convencionados, foi lavrado o presente que foi depois de lido e achado conforme pelas partes e testemunhas, foi por todos assinado.

Curitiba, 26 de novembro de 1970.

Victor de Andrade Brito

Secretário da Agricultura de Minas Gerais

Paulo da Rocha Camargo

Secretário da Agricultura de São Paulo

Oscar Felipe Loureiro do Amaral

Secretário da Agricultura do Paraná

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13.71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 34-71 que aprova Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba — na forma que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13.71

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SÚMULA: — "Aprova o Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, na forma que especifica".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, em 10 de agosto de 1970, para a execução de serviços de apoio necessário à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Muggiati Filho — Sebastião Rodrigues Júnior — Gilberto Carvalho e Borsári Netto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 34-71

SÚMULA: — “Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, para elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 de Curitiba”.

PARECER

1) — A Proposição supra referida, oriunda da Mensagem Governamental 15.71, objetiva a dar conhecimento à esta Casa dos termos do Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, em 10 de agosto de 1970, para a execução de serviços de apoio necessário à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

2) — Tendo em vista o que dispõe o inciso VIII, do art. 22, da Constituição Estadual, a esta Assembléia Legislativa cabe referendar o mencionado Convênio, para o que apresentamos o Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Igo Losso — Relator

Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — **Sebastião Rodrigues**

Júnior — **Acyr José** — **Gilberto Carvalho** e **Borsário Neto**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13-71

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 15.71
Proposição N.º 34-71

Curitiba, 3 de junho de 1.971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 10 de agosto de 1970, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, para a execução de serviços de apoio necessário à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **Wilson Figueiredo Fortes**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/Capital.

Termo de Convênio que entre si fazem o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, para a execução de serviços de apoio necessário à elaboração da planta cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Curitiba, o Estado do Paraná, por seu Governador, Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo Cruz Pimentel, e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, aqui denominado simplesmente IPPUC, representado neste ato por seu Diretor Presidente, Senhor Doutor Clóvis Milton Lunardi, decidiram firmar o presente Convênio para a execução de serviços de apoio necessários à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto a execução dos apoios terrestres para a elaboração do mapa do município de Curitiba na escala 1:2.000, com curvas de nível equidistantes de dois metros (2,00m).

1.2. O cadastro da escala 1:2.000 deverá ser desenhado em plástico indeformável transparente, de modo a permitir cópias heliográficas.

1.3. A área objeto deste Convênio fica delimitada pelos paralelos:

25° 22' 30"S

25° 32' 00"S e meridianos

49° 11' 30"W Gr.

49° 20' 00"W Gr.

CLÁUSULA SEGUNDA — OBRIGAÇÕES DO IPPUC

2.1. São obrigações do IPPUC:

2.1.1. Contratar pessoal técnico habilitado para a execução dos serviços de apoio suplementar, reambulação e cálculo necessários à determinação das coordenadas dos pontos imprescindíveis à restituição.

2.1.2. Elaborar o programa geral de trabalho e expedir ordens de serviço, em comum acordo com o Estado do Paraná, representado pelo coordenador do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

2.1.3. Promover a restituição das folhas, de acordo com as normas oficiais.

2.1.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento de cópias fotográficas aéreas e plantas básicas existentes, necessárias à execução dos trabalhos em pauta.

2.1.5. Organizar as relações de topônimos por folhas, segundo as especificações especiais.

CLÁUSULA TERCEIRA — OBRIGAÇÕES DO ESTADO

3.1. O Estado do Paraná obriga-se, por intermédio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, aqui denominado simplesmente D.G.T.C., a:

3.1.1. Fornecer todo o equipamento e material e transporte necessário à execução dos serviços de apoio suplementar, reambulação e cálculos.

3.1.2. Colocar, com a prévia aprovação do IPPUC, pessoal técnico de seus quadros a serviço deste Convênio.

3.1.3. Dar toda cobertura técnica à execução das tarefas atinentes a este Convênio.

3.1.4. Orientar a execução das tarefas de campo.

3.1.5. Executar o cálculo das poligonais e irradiações geodésicas, bem como nivelamentos geométricos e trigonométricos.

3.1.6. Monumentar todos os pontos de Poligonais — Geodésicas, bem como Referência de Nível, com especificações próprias estabelecidas de comum acordo entre o IPPUC e DGTC.

3.1.7. Organizar descrições, roteiros e valores dos pontos de apoio.

3.1.8. Furar em fotografias aéreas fornecidas pelo IPPUC a posição de todos os pontos medidos.

3.1.9. Responsabilizar-se pela utilização de seu equipamento, providenciando imediatamente os reparos quando necessários, a fim de não atrasar os trabalhos.

CLÁUSULA QUARTA — ESPECIFICAÇÕES

4.1. Na execução dos trabalhos programados serão utilizadas fotografias grande angulares, na escala 1:8.000, de propriedade do IPPUC.

4.1.1. O apoio terrestre planimétrico a ser executado, deverá ser amarrado às cadeias de triangulação de 1.a e 2.a ordem existentes na região, desde que referidas ao sistema de 1.a ordem da Fundação IBGE/IBG.

4.1.2. O nivelamento deverá ser geométrico e amarrado à rede de nivelamento geométrico do IBGE/IBG, existente na região e deverá ser executado com nível de precisão e miras de invar.

4.1.3. Os trabalhos estabelecidos no presente Convênio deverão obedecer às normas técnicas adotadas pelo DGTC.

CLÁUSULA QUINTA — PROPRIEDADES DOS ORIGINAIS

5.1. Incorporar-se-ão ao acervo do IPPUC:

5.1.1. Uma coleção de fotografias com a transcrição dos pontos de apoio de campo, vértices de triangulação e RENN.

5.1.2. Cópia das cadernetas de campo.

5.1.3. Cópia de roteiros, descrições e valores de coordenadas dos pontos de apoio.

5.2. Incorporar-se-ão ao acervo do DGTC:

5.2.1. As fotografias aéreas originais, contendo os pontos de apoio de campo.

5.2.2. As cadernetas de campo originais.

5.2.3. Roteiros, descrições e valores das coordenadas dos pontos de apoio.

CLÁUSULA SEXTA — APROVAÇÃO DOS TRABALHOS

6.1. Após a conclusão dos trabalhos previstos neste Convênio será lavrada o “Termo de Conclusão dos Serviços”, assinado pelo Diretor-Presidente do IPPUC e Diretor do DGTC.

6.1.1. Quaisquer reclamações, de natureza parcial ou geral, bem como quaisquer entendimentos entre o DGTC e o IPPUC serão feitos por escrito, através do técnico referido na cláusula 9.1.

CLÁUSULA SETIMA — PRAZOS

7.1. Este Convênio terá a duração prevista de 2 anos, podendo ser denunciado mediante a manifestação expressa de uma das partes, desde que os trabalhos já programados e com ordens de serviços já expedidas, tenham sido concluídos.

CLÁUSULA OITAVA — VIGENCIA

8.1. O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA — DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A direção e coordenação dos trabalhos de apoio e reambulações será exercida por um técnico do DGTC, designado de comum acordo para esse fim.

9.2. O D.G.T.C. e o I.P.P.U.C. se comprometem a fazer constar do rodapé das folhas de cadastro nas escalas 1:2.000, legendas referentes ao presente Convênio em termos a serem ajustados de acordo com as tarefas executadas.

9.3. Os signatários do presente Convênio se obrigam a observar os preceitos contidos no Decreto-Lei n.º 243, de 28 de fevereiro de 1967, que fixou as diretrizes e bases da cartografia brasileira e deu outras providências.

Para constar, foi lavrado o presente Termo que vai assinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, e pelo Sr. Doutor Clóvis Milton Lunardi, Diretor-Presidente do IPPUC, e por duas testemunhas.

(aa) **GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ**

Clóvis Milton Lunardi

TESTEMUNHAS:

1)

2)

Confere com o original

(a) **Wallez Mesquita**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, no sentido de estudar a possibilidade de determinar o execução do Hino Nacional antes do início de todas as partidas patrocinadas pela aquela entidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Presidente Regional do Serviço Social da Indústria, no sentido de ser estudadas as possibilidades de ampliar o número de postos de vendas de mercadorias, não só na capital como nas principais cidades do interior, principalmente aquelas que reúnem maior aglomerado de operários. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura, e Superintendente da Fundepar, no sentido de que se dignem determinar as medidas necessárias para ampliar as instalações da Escola Isolada de Campina dos Pretos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Gilberto Carvalho constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Ministério de Agricultura, pedido de suspensão da fiscalização existente na Rodovia do Café. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Novais Rosas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde, no sentido da construção do Centro de Saúde de Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido por S. Exa. da Tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Ministro da Fazenda, para que, em virtude da fusão bancária, os funcionários dispensados sejam aproveitados em tempo hábil e de forma legal, e não deixados ao desemprego, provocando um agravamento do problema social. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 19, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11.71, e dos Projetos de Lei n.ºs 180-71, 181-71, 188-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 2.71, 12.71, 12-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 171.70, 197.70.

Levanta-se a Sessão.